

DE LEMOS, considerando-a apta para o exercício do cargo efetivo de Analista Ministerial - Especialidade: Direito, com o consequente reconhecimento da garantia constitucional da estabilidade.
Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/03/2025.
Belém/PA, data da assinatura eletrônica.
Assinado eletronicamente
STEPHENSON OLIVEIRA VICTER
Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 1195967

PORTARIA Nº 201/2025/MPC/PA
O Subprocurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 134/2024/MPC/PA, de 26/03/2024,
CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2025/2599405;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao Procurador de Contas PATRICK BEZERRA MESQUITA, matrícula nº 200202, o gozo de 10 (dez) dias de licença compensatória, a serem usufruídos nas seguintes datas: de 23 a 27/06/2025 e de 30/06 a 04/07/2025, com fulcro na Resolução n. 07/2023 - MPC/PA - Colégio, com alterações promovidas pela Resolução n. 10/2024 - MPC/PA - Colégio.
Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.
Belém/PA, 08 de maio de 2025.
Assinado eletronicamente
STANLEY BOTTI FERNANDES
Subprocurador-Geral de Contas

Protocolo: 1195629



ERRATA

Errata de publicação para corrigir o ordenador responsável
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Número do Termo Aditivo: 5º.
Número do Contrato: 011/2017-MPPA.
Processo: SIP 743/2025.
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 003/2017-MPPA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o Sr. Fabio Helder dos Reis Gomes.
Objeto do Contrato: locação de imóvel situado à Rua Siqueira Campos, s/n, Bairro Centro, Irituia/PA, que será utilizado como sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Irituia/PA.
Objeto do Termo Aditivo: reajuste do valor do contrato em 8,440380% referente à variação do índice IGP-M, no período de 03/2024 a 02/2025, publicado e divulgado pela FGV, passando o valor reajustado mensal a ser R\$ 2.530,00 (dois mil quinhentos e trinta reais).
Data de Assinatura: 07 de maio de 2025.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101. 03. 091. 1494. 8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza da Despesa: 339036 - Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física; Fonte de Recurso: 01.500.0000.01 - Recursos Ordinários.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenador Responsável: Dr. ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO, Procurador-Geral de Justiça.
Publicação Original: quinta-feira, 08 de maio de 2025, DIÁRIO OFICIAL Nº 36.219-P. 94 - Protocolo: 1194419.

Protocolo: 1195534

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO
Número do Contrato: 024/2013-MPPA
Número do Termo Aditivo: 14º
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 008/2013-MPPA.
Processo: GEDOC n.º 167412/2024.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a Sra. NERIDES GOMES DOS SANTOS.
Objeto do Contrato: A locação de imóvel situado à Avenida Gilberto Carvelli, Lote 24, Quadra 32, Centro, Santana do Araguaia/PA, utilizado como sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Santana do Araguaia/PA.
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação prazo de VIGÊNCIA do Contrato por mais 12 (doze) meses a partir de 28/05/2025 até 27/05/2026, com fundamento no art. 62, §3º, I, da Lei n.º 8.666/1993 c/c o art. 51 da Lei n.º 8.245/1991 (Lei do Inquilinato).
Data da Assinatura: 09/05/2025
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 12101. 03. 091. 1494. 8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza da Des-

pesa: 339036 - Outros Serviços de. Terceiros - Pessoa. Física; Fonte de Recurso: 01.500.0000.01 - Recursos Ordinários.
Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.
Ordenadora responsável: Dr. ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1195674

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO INEXIGIBILIDADE
Inexigibilidade de Licitação: nº 18/2025
Processo: Gedoc nº 167909/2024
Fundamento Legal: Artigo 74, I, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 4º da PORTARIA nº 1377/2023-MP/PGJ.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A, CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80.
Objeto: Contratação de fornecimento de energia elétrica (Compra de Energia Regulada - CCER) para o imóvel do Ministério Público do Estado do Pará no Município de Belém, localizado na Rua Claudio Barbosa da Silva nº 380, Marituba/PA.
Valor Total: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Dotação Orçamentária: PROGRAMA DE TRABALHO: 12101.03.091.1494. 8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais. NATUREZA DE DESPESA: 339039 - Outras Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. FONTE DE RECURSOS: 01500000001 - Recursos Ordinários.
Data da Assinatura: 08/05/2025.
Ordenador Responsável: Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1195699

EXTRATO INEXIGIBILIDADE
Inexigibilidade de Licitação: nº 19/2025
Processo: Gedoc nº 167910/2024
Fundamento Legal: Artigo 74, I, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 4º da PORTARIA nº 1377/2023-MP/PGJ.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A, CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80.
Objeto: Contratação de uso do Sistema de Distribuição - CUSD de energia elétrica para imóvel do Ministério Público do Estado do Pará no Município de Belém, localizado na Rua Claudio Barbosa da Silva nº 380, Marituba/PA.
Valor Total: R\$ 40.000,00(quarenta mil reais).
Dotação Orçamentária: PROGRAMA DE TRABALHO: 12101.03.091.1494. 8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais. NATUREZA DE DESPESA: 339039 - Outras Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. FONTE DE RECURSOS: 01500000001 - Recursos Ordinários.
Data da Assinatura: 08/05/2025.
Ordenador Responsável: Dr. Alexandre Marcus Fonseca Tourinho, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 1195763

OUTRAS MATÉRIAS

EDITAL 11/2025-CSMP
O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 62 e 63 da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), combinados com o art. 88, §§ 1º, 2º, e art. 98, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e
CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar n.º 123, de 27/06/2019, publicada no DOE de 28/06/2019, que altera dispositivos da LCE n.º 057/2006 e acrescentou o § 6º ao art. 98: "a remoção voluntária dar-se-á unicamente pelo critério de antiguidade";
FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 3ª entrância que se encontra aberta, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do CSMP[1], a inscrição para provimento do cargo abaixo descrito, por REMOÇÃO, cujo pedido deverá ser apresentado pelo interessado por meio do sistema GEDOC.

CARGO
2º PJ CRIMINAL DE MARABÁ

Belém-PA, 09 de maio de 2024.
ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

EDITAL 12/2025-CSMP
O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 62 e 63 da Lei Federal n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), combinados com o art. 88, §§ 1º, 2º, e art. 98, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e
CONSIDERANDO a edição da Lei Complementar n.º 123, de 27/06/2019, publicada no DOE de 28/06/2019, que altera dispositivos da LCE n.º 057/2006 e acrescentou o § 6º ao art. 98: "a remoção voluntária dar-se-á unicamente pelo critério de antiguidade";